

FHC propõe eixos estratégicos para o País

Dida Sampaio/AE

Presidente confirma a necessidade de nova modelagem para as instituições financeiras e industriais, dentro das linhas propostas pelo Avanço Brasil

O presidente Fernando Henrique Cardoso acredita que a velocidade das mudanças no mundo requer repensar estrategicamente o Brasil. Nessa entrevista concedida a Noenio Spinola, da *Resenha BM&F* (publicação da Bolsa de Mercadorias e Futuros), o presidente afirmou que as diretrizes básicas que devem nortear o País se encontram no Programa Plurianual de Investimentos e no Avanço Brasil. Mas confirmou que a modelagem das instituições financeiras e industriais terá de ser repensada por conta dos novos eixos abertos para a expansão dos negócios e o desenvolvimento. Na conversa, Fernando Henrique queixou-se do Congresso pela inércia em que caiu a discussão dos temas estratégicos, como o PPA, e reconheceu os obstáculos à competitividade do empresariado brasileiro: "Efetivamente, a grande desigualdade que se tem hoje na competição é a taxa de juro."

Como o senhor definiria esses novos eixos de desenvolvimento?

Fernando Henrique Cardoso – Quando estudei Teoria do Desenvolvimento, o cacique dessa história toda era o francês François Perroux, guru dos chamados pólos de desenvolvimento. Sua tese era a seguinte: concentram-se (os recursos disponíveis) num local e depois, em círculos concêntricos, vem o desenvolvimento. Com a grande mudança no sistema de comunicações, cabos, telemática e essa coisa toda, na verdade juntam-se linhas de energia e outras com a de transmissão de informações. A idéia é construir, sinergicamente, eixos. E ao longo desses eixos buscar consequências adensadoras, econômicas e humanas. Se quisermos levar adiante essa idéia – tanto no Mercosul quanto na América do Sul –, acho que deveremos dar alguns passos à frente. O que eu propus ao Banco Interamericano de Desenvolvimento é que passe a estudar a viabilidade desses vários eixos. Não é simples, considerando a demanda de regiões como Rondônia, Acre e Amazonas, por exemplo, para ampliar as ligações com o Peru.

Há o sonho de uma ligação com o Pacífico...

Fernando Henrique – Há esse sonho, baseado na tese de que, ligando o Atlântico ao Pacífico, haverá um grande benefício. Isso não é tão claro (no estágio dos estudos existentes) porque os calados dos portos do Pacífico não são profundos – e nesse caso as rotas via Panamá ou Estreito de Magalhães seriam mais vantajosas. De qualquer maneira, vamos tomar algumas decisões nessa matéria, por causa dos investimentos nos portos do Brasil.

Há um conjunto de fatores geográficos e técnicos que influem nisso, não?

Fernando Henrique – Demos um impulso à idéia do Porto de Sepetiba (*litoral do Rio*) com essa mesma visão. Estamos ligando (esse porto) através de ferrovias com o Brasil Central. Sepetiba pode funcionar como um *hub*, um porto enorme para transbordo e distribuição de mercadorias para outros portos. Tudo isso envolve um investimento brutal, e é preciso ter certeza de que (os modelos desenhados) devem ser assim mesmo.

O BID está estudando esses eixos dentro do conceito que o senhor propôs no encontro recentes no Rio?

Fernando Henrique – A programação do Avanço Brasil foi pensada dentro desse foco (estabelecimento de eixos de desenvolvimento que se pretende abrir no Brasil e os eixos sul-americanos ou continentais, vias de comunicação e transmissão de energia). Propus e o ministro Martus Tavares (*do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão*) também esteve no encontro. Mas temos de ter mais certeza sobre quais são os eixos sinérgicos.

Estabelecer os eixos requer estudos e uma visão do que pode acontecer nas próximas décadas?

Fernando Henrique – O que vai acontecer nas próximas décadas é uma demanda muito forte de alimentos na Ásia. Já estamos discutindo com o Japão e com a China sobre programas de longo prazo. O Japão fez aqui um investimento, pequeno na verdade, que por culpa nossa não funcionou muito bem. Refiro-me à questão de ocupação do cerrado. Agora, estamos discutindo contratos de longo prazo de abastecimento. Se conseguirmos isso com o Japão e a China, a produção de grãos do Centro-Oeste vai aumentar fortemente. A decisão é por onde escoar. Se a decisão for escoar pelo Atlântico, a probabilidade maior é a de que haja uma valorização das terras do Maranhão, do Tocantins e do Sul do Piauí. Outra possibilidade é escoar pelo Rio Madeira, no Amazonas. Uma parte da produção de Rondônia e até de Mato Grosso sai por Porto Velho. É possível que seja preciso fazer um porto em Macapá (Porto Santana) para navios maiores.

O que falta para tirar alguns desses projetos do papel?

Fernando Henrique – O Avanço Brasil coloca essas questões. Infelizmente, o Congresso não discutiu nada, nada, do Avanço Brasil. Está discutindo outras questões. O Avanço Brasil é um plano estratégico de desenvolvimento que vai afetar os próximos decênios. Nela estão desenhadas todas essas alternativas. O Avanço a Brasil abre também essa possibilidade de uma saída para o

Pacífico, mas não fecha a questão porque é preciso mais informações. Acho que a geografia econômica e política da América do Sul vai mudar, dependendo de como se façam esses eixos...

O desenvolvimento iria, então, acompanhar esses novos eixos, com implicações sobre toda a estrutura de serviços?

Fernando Henrique – O Brasil tem de apostar na consolidação de um espaço sul-americano. O eixo é o Mercosul. E isso vale para o sistema financeiro. O futuro dessa região vai depender do fortalecimento da integração e do expressivo desenvolvimento pelo Brasil do setor industrial e do setor financeiro. Temos uma base agrícola imensa, mas a Argentina também tem e vai continuar sendo muito importante no *agribusiness*. Nosso futuro está no desenvolvimento dos setores industrial e financeiro.

O País amadureceu nas áreas que poderiam figurar com destaque numa economia "pós-Perroux", em que os serviços assumem muita importância?

Fernando Henrique – No futuro, alguns países, como o Chile – numa comparação com algum exagero –, vão funcionar como a Suíça, gerando mais capital do que podem usar internamente. O Chile exporta capital. Para onde? O grande tomador de capitais é o mercado brasileiro. A Argentina também. Acho que a maturidade do Brasil como, digamos, parte dessa América do Sul integrada vai depender disso, de um bom entendimento de qual é o nosso papel, particularmente agora, nas negociações com o Mercosul. Não podemos ter uma atitude mesquinha com a Argentina. Para nós é estratégico manter e ampliar o Mercosul.

Mas o espaço brasileiro é maior que o Mercosul...

Fernando Henrique – Nunca pensei só no Mercosul. Sempre pensei num espaço sul-americano. Leia meu discurso de posse no Itamaraty. Eu falava em América do Sul. Porém, há certas contradições de interesse. Mas nós avançamos, porque fizemos ou estamos fazendo acordos bilaterais com praticamente todos os países da América do Sul. Para o Brasil o Mercosul é o peão, mas não basta. Precisamos



O presidente: preocupação com o cotidiano do empresariado nacional e reconhecimento de que bancos devem reaprender a emprestar para o setor privado

dessa integração mais ampla. E com essa integração acho que a tendência é a de o investimento tecnológico e industrial concentrar-se no Brasil. Por isso mesmo, não podemos imaginar que um país como a Argentina, que é importante, possa aceitar sua desindustrialização de braços cruzados. As coisas, largadas a elas próprias, podem resultar em impasse, porque a Argentina pode pular fora do Mercosul se perceber que não vai ter espaço assegurado. Temos de assegurar esse espaço, mesmo que seja difícil no momento, por causa de setores industriais nossos. Mas o interesse nacional implica uma cooperação com a Argentina...

Só que, do lado de cá da fronteira, temos um mercado interno que vai criando suas próprias situações...

Fernando Henrique – Não há incompatibilidade entre mercado interno e externo. O Brasil é um país continental. O modelo do Brasil é como o da América, da China. Não se pode imaginar nunca em fazer desses países uma simples plataforma de exportação. É possível imaginar o desenvolvimento dos tigres asiáticos como plataforma de exportação ou até mesmo de intermediação, como Cingapura (ou outros centros prestadores de serviços). O Brasil, não. O Brasil tem de seguir pari passu o desenvolvimento do mercado interno e do exterior.

O senhor acha que chegamos, afinal, a uma situação estável em relação ao câmbio?

Fernando Henrique – Torço por isso. Câmbio é coisa difícil de palpar. Outro dia, fui dizer que o câmbio podia ficar por volta de 1,75 ou 1,80 e entenderam que era uma banda. Não era banda nenhuma. O que eu queria dizer é que o importante era que não flutuasse muito... Minha expectativa é a de que este ano tenhamos excedente na balança comercial. Como temos menos compromissos de pagamentos internacionais, é mais provável que haja menos pressão sobre o câmbio.

Esse cenário permite ao se-

nhor apostar em que níveis de investimento direto?

Fernando Henrique – Continua grande, algo em torno de US\$ 25 bilhões. No ano passado, foi de cerca de US\$ 30 bilhões.

No meio desse caminho, há uma reforma tributária cuja discussão se arrasta. Houve interpretações variadas para o discurso que o senhor fez em São Paulo, alguns achando que queria dramatizar a questão da guerra fiscal para ver se empurrava a reforma: outros dizendo que o senhor queria dar algum apoio às críticas do governador Mário Covas à guerra fiscal...

Fernando Henrique – As duas coisas. Na questão tributária, os grandes problemas que sobram estão diminuindo. Aceitamos a tese de que podem existir dois IVAs (*Imposto de Valor Adicionado*). Não é o mais lógico. O mais lógico seria um IVA só. Mas, como existe muita oposição política, os Estados só aceitamos dois IVAs. O ICMS vira IVA com legislação federal, retirando a capacidade para a guerra fiscal, e os impostos federais juntam-se em outro IVA.

O senhor acredita que os Estados vão aceitar isso?

Fernando Henrique – Aceitaram. Pelo menos os entendimentos estavam amarrados. Qual é o trade-off aí: é que eles mantêm a administração tributária – a arrecadação é deles. A tese original do governo era outra. Bastava um só IVA, com o dinheiro distribuído no banco. Mas havia uma preocupação de o governo federal reter para si a arrecadação, coisa que nunca fez, tanto que os fundos constitucionais funcionam muito bem. O governo nunca se apropriou do dinheiro. Mas, enfim... Era mais uma coisa política dos governadores e das burocracias. No fim, aceitamos isso, evidentemente com lei federal. A alíquota é definida pelo Senado. Vamos transformar o IPI, o PIS, a Cofins em um só imposto. Essa foi a proposta. Há uma discussão ainda a respeito da CPMF. O governo quer transformá-la em imposto sobre transações financeiras, com caracte-

rísticas de antecipação de receita. Recolhe-se por meio do sistema bancário e deduz-se. O governo está empenhado nisso porque pega o setor informal, que não declara imposto nenhum. É também um instrumento para o controle de lavagem de dinheiro e coisas assim. Não está claro ainda. O Congresso é a favor da CPMF. Pode dizer que não, mas é. Mesmo os que são contra podem entender a lógica. Não se está onerando a produção. Está-se cobrando indiretamente imposto de renda ou impostos devidos. A comissão gostaria que a Constituição fixasse o máximo desse imposto. Estamos escalados com experiências recentes de medidas fixadas na Constituição. Preferíamos que fosse por lei complementar. E também por outra razão: ninguém conhece claramente a numerologia. De repente, poderia haver um choque muito grande nas finanças. Então, vamos apenas sinalizar que queremos que haja antecipação de receitas, sob a forma do imposto do cheque, mas não vamos fazer cavalo-de-batalha com a questão de ele ser fixado ou não na Constituição. Também estamos de acordo com que, na Constituição ou fora dela, (a alíquota) deverá ser pequena para não causar distorções. Outro ponto que ainda se discute é a questão relativa à possibilidade, ou não, de essas contribuições serem em cascata. Todo o mundo é contra. Haverá tempo e argumentos para mostrar que não é em cascata.

Um dos pontos que mais tumultuaram essa questão foi a falta de consenso dentro do governo federal. Agora, há convergência de pontos de vista?

Fernando Henrique – Tanto o Ministro do Desenvolvimento (*Alcides Tápias*) quanto o Secretário da Receita (*Everardo Maciel*), dentre outros, estão de acordo acerca desses pontos, e a negociação (que falta) agora é pequena. Cedemos bastante para que haja o entendimento.

As empresas brasileiras queixam-se com frequência das desvantagens comparativas para competir em escala global. Como o senhor analisa isso?

Fernando Henrique – Esse ponto me preocupa. Diria duas coisas, uma do lado do empresário e outra do lado do governo. O empresário precisa ter foco. Não adianta querer ser o dono de vários setores porque não vai dar mais no futuro. Por mais que o governo queira que haja uma empresa nacional, ela não vai acontecer. Isso depende, portanto, de uma ação dos empresários. E o que está do lado do governo? A questão da taxa de juro. Efetivamente, a grande desigualdade que se tem hoje na competição é a taxa de juro. As empresas internacionais pegam recursos lá fora a uma taxa de juro que não é competitiva (se for tomada) aqui. O governo tem feito um esforço grande para redução das taxas de juro. Chegamos a mais ou menos 11,5% de taxa de juro real. Ainda é alta, mas é a mais baixa em sei lá quantos anos.

O que limita a possibilidade de baixar mais a taxa de juro?

Fernando Henrique – Algumas coisas. Uma é o câmbio. Não é mais como no passado, quando se estava realmente amarrado. Se o câmbio sobe, ele encarece os componentes importados para a produção, forçando a inflação. Outra, indiretamente, é a taxa de inflação. Não podemos tomar decisões sobre as taxas de juro que impliquem perda de controle da inflação. É esse o problema. É só esse. Mas estamos monitorando a inflação na tendência de baixa das taxas de juro. Ousaria dizer até que é muito provável que, no futuro, estaremos numa situação mais semelhante à dos países desenvolvidos. Ou seja, a TJLP (*Taxa de Juro de Longo Prazo*) tendencialmente deve ser mais baixa do que a Selic. Só no Brasil tem-se a TJLP mais baixa do que a taxa de juro do overnight. É uma irregularidade isso. Deve haver alguma inversão da curva. Acho que é o que vai acontecer. A TJLP já baixou bastante. Hoje ela está em 12% ao ano. Mas ainda há espaço para baixar a taxa de juro do mercado. E a culpa não é só do governo.

De quem mais é a culpa?

Fernando Henrique – É dos bancos também, que têm de reaprender a emprestar para o

setor privado. Na medida em que se baixa a Selic, leva-se os bancos a ter mais dinheiro para emprestar para o setor privado, porque o custo de oportunidade se altera. O governo está empenhado em baixar as taxas de juro efetivamente. A TJLP é a que conta para os grandes investidores. Ela está hoje em 12% e, portanto, em termos reais, está em torno de 4%. Isso já é comparável aos juros internacionais. Tomamos muitas medidas para os pequenos e microprodutores. Vou atuar também nos fundos constitucionais (Norte-Nordeste), baixando fortemente as taxas de juro. Baixamos na agricultura, sobretudo na familiar. Portanto, essa grande reclamação sobre as taxas começa a ser dissipada em termos de argumento efetivo.

Como o senhor situaria o Brasil e seus vizinhos no novo contexto global?

Fernando Henrique – No cenário sul-americano, acho que a Argentina se está recuperando. À medida que o Brasil voltar a crescer, isso aliviará tanto o Uruguai quanto a Argentina e o Paraguai. O Paraguai tem problemas econômicos mais sérios. A Bolívia está razoavelmente acertada, vai ter um fluxo crescente de dinheiro por conta de gás. A Petrobrás lá descobriu poços importantes. Acho que Peru e Chile vão indo. Preocupa o Equador. A Colômbia é mais uma questão política que econômica, e a Venezuela, enquanto o preço do petróleo estiver elevado...

E quanto ao narcotráfico, o cenário parece estar ficando mais complexo...

Fernando Henrique – Temos de insistir na segurança sul-americana. Não como oposição à segurança continental, mas como especificidade. A posição do Brasil sempre foi a de que estamos dispostos a colaborar com os órgãos de combate ao narcotráfico, mas não queremos subordinar essa estratégia.

INTERESSE
NACIONAL
INCLUI A
ARGENTINA